

EDITORIAL:
PERSPECTIVAS EM FILOSOFIA DA MENTE E DA LINGUAGEM*EDITORIAL:*
*PERSPECTIVES ON THE PHILOSOPHY OF MIND AND LANGUAGE***CÉSAR MEURER¹**Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Brasil
cesarmeurer@gmail.com**NARA M. FIGUEIREDO²**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Brasil
naramfigueiredo@gmail.com**RAQUEL KREMPER³**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Brasil
raquelak@gmail.com

Os artigos que compõem este dossiê lidam com temas centrais da filosofia da mente e da filosofia da linguagem. Alguns deles abordam temas clássicos e apresentam panoramas em língua portuguesa, de modo que se fazem úteis a jovens leitores. Outros textos apresentam propostas mais ousadas e prometem incitar debate entre filósofos mais experientes. Desse modo, este volume se equilibra ao oferecer conteúdo para diversos públicos. Esta introdução pretende fornecer uma descrição sintética das contribuições deste volume, para que o leitor possa ter uma visão sinóptica do conteúdo apresentado. Em filosofia da mente, há discussões sobre o consciente e o inconsciente, qualia, fisicalismo, alucinações, hipótese da mente estendida, emoções, o problema da lacuna explicativa e reducionismo nas explicações em ciências cognitivas. Em filosofia da linguagem, são tratados temas como a relação entre pensamento e linguagem, normatividade linguística e demonstrativos. Além disso, contamos com textos com abordagens históricas que tratam dos escritos de Wittgenstein acerca da psicologia e da investigação de Antístenes acerca dos nomes. Ao longo dos próximos parágrafos, apresentamos algumas ideias-chave de cada contribuição, seguindo uma ordem temática.

¹ Pesquisador de Pós-doutorado em Filosofia - UFU/CAPES.

² Pesquisadora de Pós-doutorado em Filosofia - Unifesp/CAPES.

³ Pesquisadora de Pós-doutorado em Filosofia - Unifesp/FAPESP, processo 2018/12683-9.

No artigo “A consciência como uma percepção do mental e o estatuto dos fenômenos mentais inconscientes na perspectiva de David Armstrong”, Tárík de Athayde Prata apresenta e discute as visões do filósofo David Armstrong sobre a consciência e sobre o inconsciente. Segundo o autor, Armstrong é um expoente da teoria de ordem superior sobre estados conscientes. De acordo com a teoria de Armstrong, alguns estados mentais possuem a propriedade de serem conscientes quando são monitorados por outro estado mental (de segunda ou terceira ordem), que se dirige ou é sobre o primeiro. Essa concepção de consciência, que Armstrong chama de consciência introspectiva, considera que a consciência é uma forma de percepção de estados mentais internos. Conforme observa Prata, ela é anti-cartesiana, porque considera que não é essencial a um estado mental que ele seja consciente. O autor expõe também outras duas concepções de consciência de Armstrong: consciência mínima e consciência perceptiva. A consciência mínima é o tipo de consciência possuída, por exemplo, por alguém em um sono sem sonhos. Apesar de receber esse nome, o autor observa que nessa condição a criatura está inconsciente, e tem estados mentais inconscientes. Já a consciência perceptiva ocorre quando se tem percepções do ambiente ou do próprio corpo. A consciência introspectiva seria, contudo, o tipo central. Segundo Armstrong, ela integraria estados e atividades mentais, tornando nossa atividade mental mais sofisticada e permitindo ações mais complexas. Prata termina o artigo observando, contudo, que essa visão sugere que estados inconscientes teriam um papel menos importante em nossas vidas mentais. Segundo ele, isso estaria em desacordo com o que revelam pesquisas em psicologia social, por exemplo, que mostram a relevância de estados inconscientes na tomada de decisão.

No texto “How to measure a Quale” Osvaldo Frota Pessoa Jr. discute a possibilidade de se medir uma qualidade fenomênica. Para isso, o autor primeiramente contextualiza o fisicalismo qualitativo, que defende a ideia de que as qualidades de nossas experiências fenomênicas são físicas, e, portanto, mensuráveis. Em seguida, Pessoa esclarece que ser físico significa envolver processos no espaço e no tempo, em escalas mensuráveis. Seu próximo passo é defender a hipótese de que a consciência é estrutural e material. A estrutura é dada pela distribuição dos neurônios e demais células e moléculas, bem como por sua interação, enquanto o material é a característica dos sistemas biológicos que possibilita a consciência. Pessoa considera então possíveis localizações cerebrais do campo visual subjetivo e segue afirmando que medir os padrões de ativação no tecido cerebral correspondente aos qualia não é capturá-los. No entanto, o autor sugere que medir um quale não é o mesmo que medir os aspectos estruturais e organizacionais usuais da física. Isso se deve ao fato de que não podemos capturar qualia em si mesmos, apenas a partir de um meio, a saber, a materialidade dos sistemas biológicos. Apesar disso, as medições feitas a partir do modelo fisicalista qualitativo permitem, em tese, que um quale seja reproduzido em outro meio igualmente apto. Para ilustrar isso, o autor considera um exemplo de qualia invertidos. Ao final, Pessoa reitera a ideia de que o nosso campo visual ocupa uma pequena parte de nosso cérebro, fazendo alusão aos aspectos temporal e espacial da percepção, e conclui que a questão da medida

dos qualia é resolvida de modo direto, por meio do reconhecimento de que meios igualmente aptos geram qualia similares.

Em "Fisicalismo e o problema mente-cérebro: uma questão de definição", Júlio César Martins Mazzoni oferece uma revisão crítica das definições de 'físico' encontradas nas principais filosofias fisicalistas da mente. Segundo Mazzoni, as distintas formas de definir e conceber o 'físico' podem ser agrupadas em quatro categorias: "(1) Definições de apelo à Física presente, também conhecidas por presentistas, que alegam ser físico somente o que a Física atual postula em seu sistema teórico como tal; (2) Definições de apelo à uma Física ideal, conhecida por futuristas, cuja afirmação é de que físico é tudo aquilo contido numa compreensão completa do Universo de uma Física ideal do futuro; (3) Definição negativa, também conhecida como via negativa, a qual diz ser físico tudo aquilo que é não-fundamentalmente mental; e (4) Definições híbridas e alternativas, compostas pelos critérios de definição das opções anteriores combinadas" (Mazzoni, neste volume). Em seguida, Mazzoni faz um balanço bem informado das principais objeções que podem ser levantadas à definição de físico. "Até a presente data", ele observa, "não está claro o quanto e se tais objeções foram adequadamente respondidas ou superadas" (neste volume). Diante desse estado de coisas, Mazzoni conclui que "não existe uma definição de físico amplamente aceita que não enfrente uma série considerável de dificuldades teóricas". Por conta disso, ele aconselha "que se busque uma resposta a essa questão antes de dar continuidade às discussões sobre o valor de verdade das divergentes alternativas filosóficas apresentadas como soluções ao problema mente-cérebro" (Mazzoni, neste volume).

Marco Aurélio Sousa Alves, no texto "The obscure content of hallucination", propõe uma comparação entre as visões de Tye e de Johnston sobre as alucinações, apontando para diversas semelhanças entre elas. Ele inicia caracterizando versões fortes e fracas do conjuntivismo e do disjuntivismo. Para ele, tanto Tye como Johnston são adeptos de um disjuntivismo e de um conjuntivismo fracos. Eles aceitam que a percepção verídica e a alucinação têm conteúdos diferentes, ao mesmo tempo em que reconhecem que há algo de comum entre elas (mas não algo mental). Ambos aceitam também que objetos singulares são constitutivos da percepção verídica e não das alucinações. Nas alucinações, estamos em contato com propriedades, concebidas como universais não instanciados. Assim, eles pretendem preservar uma forma de realismo direto na experiência verídica, em face ao argumento da alucinação, ao mesmo tempo em que tentam explicar a semelhança de caráter fenomênico entre percepção verídica e alucinação. Alves considera também a concepção epistêmica da alucinação, que explora a ideia de que percepção verídica e alucinação são indistinguíveis não porque compartilham o mesmo caráter fenomênico, mas porque o sujeito que alucina não consegue saber por introspecção que a sua experiência não é verídica. Essa abordagem, adotada por disjuntivistas radicais, é criticada pelo autor. Por fim, Alves levanta algumas dificuldades para a ideia de que nas alucinações estamos em contato com universais não instanciados, a qual está na base da tentativa (tanto de Tye como de Johnston) de combinar um

conjuntivismo fraco com o realismo direto. Segundo o autor, somos levados a um dilema: os disjuntivistas radicais não conseguem explicar a indiscriminabilidade subjetiva entre a percepção verídica e a experiência alucinatoria, e os conjuntivistas não conseguem explicar o que a percepção verídica e a alucinação têm em comum.

No artigo "The extended mind hypothesis: an anti-metaphysical vaccine", Giorgio Airoidi trata da hipótese da mente estendida, primeiro formulada por Clark e Chalmers em 1998. Segundo ela, estados cognitivos podem ser constituídos não só por estados cerebrais, como também por elementos externos ao sujeito. Clark e Chalmers ilustram essa ideia com o exemplo de Otto, um indivíduo com Alzheimer que usa um caderno para ajudá-lo a chegar a um museu. O caderno desempenha a mesma função que a memória, e seria um constituinte da mente. Eles adotam o princípio de paridade, segundo o qual é a função, e não a localização, o que caracteriza processos cognitivos. A distinção entre interno e externo deixa de ser importante. Desse modo, elementos do ambiente podem ser constitutivos de sistemas cognitivos, e não apenas causalmente relevantes para eles. A hipótese da mente estendida é uma das manifestações do externalismo e do funcionalismo. Airoidi observa que há também uma segunda corrente que aceita a hipótese da mente estendida, que procura dar conta de algumas dificuldades relacionadas ao princípio de paridade. Seus proponentes adotam o princípio de complementaridade, segundo o qual elementos externos são complementares aos elementos internos, e não isomórficos a eles. O autor destaca também visões diferentes sobre o escopo da hipótese. Originalmente ela foi aplicada a estados intencionais como crenças, mas se discute também se ela seria aplicável a outros estados, como percepções e estados conscientes. Chalmers, por exemplo, defende um internalismo com relação à consciência. Há também visões com diferentes graus de comprometimento com a tese de que a mente se estende para algo externo, indo do internalismo (que nega essa tese) ao externalismo radical da hipótese da mente estendida, passando por algumas visões intermediárias. O autor revisita diversas críticas contra essa hipótese, bem como as respostas de seus proponentes, observando que muitas críticas se apoiam em concepções questionáveis sobre a marca do mental, ou sobre a distinção entre processos internos e externos. Após apresentar a hipótese e muito do debate em torno dela, o autor conclui que a sua principal virtude é a de servir como uma espécie de vacina contra certos preconceitos metafísicos sobre a estrutura da mente, sua função e seus limites.

No artigo "Emoções corporificadas: uma perspectiva sistêmica sobre estados emocionais", Matheus de Mesquita Silveira pretende mostrar a possibilidade de compreender emoções a partir de uma perspectiva sistêmica. Para cumprir seu objetivo, ele se baseia em dois pontos principais da literatura sobre a corporeidade das emoções: (1) a premissa de Lange segundo a qual alterações periféricas no corpo influenciam as emoções (chamada de visão periférica); e (2) a premissa de James, que consiste na ideia de que estados emocionais podem ser reduzidos a percepções corporais (chamada de visão

perceptiva). Para tratar da visão perceptiva, o autor opta por considerar a teoria de Prinz, representativa dessa visão, que sugere que emoções são estados que registram mudanças corporais. Primeiramente, o autor apresenta evidências empíricas em favor da visão periférica, que sugerem que expressões faciais, postura corporal e respiração, por exemplo, interferem nas emoções. A seguir, ele apresenta críticas à visão perceptiva e à visão periférica, e respectivos contra-argumentos. Por fim, o autor caracteriza e defende a visão sistêmica, que não seria vulnerável às críticas que se configuram a partir de uma perspectiva corporificada das visões periférica e perceptiva. Nessa visão, as emoções são constituídas tanto por estados periféricos corporificados quanto por estados cerebrais. A perspectiva sistêmica pode ser considerada uma variação da visão periférica, e é defendida por ser uma forma mais adequada de explicar a ideia de que alterações periféricas influenciam emoções. Silveira conclui que (1) há evidências empíricas em favor da tese de que a manipulação periférica influencia emoções; e (2) que as emoções podem ser consideradas estados que resultam da integração dos sistemas responsáveis pela motivação, preparação da ação e expressão.

No artigo "A critical approach to sensorimotor contingency theory: brain as agent and conscious mind as a guide of action", Jonas Gonçalves Coelho apresenta alguns aspectos da teoria da contingência sensoriomotora, elaborada por O'Regan e Nöe. Essa teoria é uma tentativa de solucionar o problema da lacuna explicativa, que consiste na dificuldade de se explicar como estados e processos físicos podem dar origem a experiências subjetivas. Conforme expõe Coelho, os autores argumentam que esse problema afeta concepções representacionistas da experiência consciente, porque elas adotam a noção de qualia. A teoria sensoriomotora, por outro lado, segundo seus proponentes, não estaria sujeita a esse problema, porque rejeita os qualia e concebe a experiência consciente em termos das relações do indivíduo com o ambiente externo. Essas relações são mediadas por leis da contingência sensoriomotora. O cérebro teria, para O'Regan e Nöe, um papel secundário no que diz respeito à experiência consciente. No entanto, conforme observa Coelho, uma série de objeções foram levantadas contra essa teoria, em especial contra a sua pretensa solução do problema da lacuna explicativa. Coelho sugere então outra maneira de lidar com esse problema. Assim como O'Regan e Nöe, ele aceita a importância do ambiente externo e do corpo para o surgimento da experiência consciente, mas enfatiza que o cérebro tem um papel mais central. Segundo ele, a consciência seria uma propriedade não física do cérebro. No caso da consciência visual, o cérebro a usaria "como guia para iniciar e manter ações adaptativas no ambiente em que vive" (Coelho, neste volume).

No texto "Neo-mechanistic explanatory integration for cognitive science: the problem of reduction remains", Diego Azevedo Leite analisa e compara duas visões influentes sobre explicações em ciências cognitivas: explicações neomecanicistas e explicações reducionistas. Segundo ele, os desacordos entre elas estão (1) no modo como concebem as relações entre os vários níveis de explicação da cognição e (2) na concepção de qual desses níveis é mais

explicativo. Para os defensores do neomecanicismo, haveria uma pluralidade de níveis de causação e de explicação científica do cérebro e da cognição, envolvendo mecanismos, suas partes e modo de organização. Alguns autores argumentam que as explicações de nível mais alto não seriam redutíveis às explicações de nível mais baixo, já que o comportamento de um mecanismo como um todo não poderia ser reduzido ao de suas partes. Haveria então algum tipo de autonomia dos níveis mais altos de explicação, que seriam os mais relevantes. Leite, contudo, observa, com base na visão reducionista de explicações neuro-cognitivas proposta por Bickle, que há dificuldades para as visões neomecanicistas. Segundo ele, ao menos em alguns casos, as partes de um mecanismo e seu modo de organização podem servir para explicar o comportamento do mecanismo como um todo. Assim, explicações neomecanicistas se aproximam do reducionismo que seus proponentes tentam evitar, e por isso não conseguem preservar a autonomia das explicações em ciências cognitivas. Leite oferece assim uma elucidação do debate entre a concepção mecanicista e a concepção reducionista de explicação nas ciências cognitivas.

Diana Couto, no texto “(Re-)Interpretando “Thought & Talk: Donald Davidson acerca das mentes animais”, propõe uma crítica à interpretação tradicional de Davidson, segundo a qual, para ele, o pensamento dependeria da linguagem. Segundo essa interpretação, ele negaria que criaturas que não tenham linguagem, como animais e bebês, possam ter pensamentos e crenças. Para muitos, essa é a visão que Davidson propõe em textos como o artigo “Thought and talk” (1975). Várias críticas foram levantadas contra Davidson, muitas com base em investigações empíricas sobre seres não-linguísticos. Muitos aceitam que a atribuição de crenças a criaturas não linguísticas explica e prevê seus comportamentos, o que torna útil e justifica pragmaticamente essa atribuição. Davidson também aceita essa ideia mas, segundo Couto, para ele isso não demonstra que seres não-linguísticos de fato possuem crenças. Essa linha de raciocínio leva a autora a propor uma interpretação diferente da posição de Davidson em relação às mentes animais. Segundo ela, Davidson nem afirma nem nega que seres não-linguísticos possuem pensamentos ou crenças, adotando assim uma postura cética. Isso se dá devido à drástica indeterminação explicativa de seus comportamentos. Para Davidson, não se pode caracterizar de forma confiável o que criaturas não linguísticas pensam, dada a sua incapacidade de manifestar respostas verbais. A crítica de Couto ao que intitula de ‘Leitura Forte’ de Davidson se apoia principalmente em certas concepções de Davidson acerca da intensionalidade e do holismo das crenças, bem como em sua concepção do conceito de crença. Segundo ela, essas teses não implicam que Davidson aceite a tese de que criaturas não-linguísticas não pensam.

No artigo “Reflexive rules as content: the case of deictic demonstratives”, Eduarda Calado Barbosa discute um caso de comunicação linguística envolvendo o demonstrativo dêitico “esta”. Eis o caso: Jane, que é assistente de dentista, está em seu trabalho e ouve uma conversa entre duas pessoas que aguardam na sala ao lado. Em certo momento, uma dessas pessoas diz “Pai, esta é Julie!”. Cabe

aqui salientar alguns aspectos que conferem um caráter não-paradigmático a essa situação: primeiro, Jane não está na sala onde a conversa ocorre, o que significa que ela não tem acesso visual ao ambiente no qual a sentença "Pai, esta é Julie!" foi enunciada. Em segundo lugar, Jane não participa da conversa - ela encontra-se na posição de alguém que ouve o que outros estão conversando sem no entanto ser reconhecida por eles -, o que significa que os participantes da conversa não têm motivos para se preocupar com o que ela compreende ou deixa de compreender. Na prática, eles não vão reiterar ou complementar suas colocações verbais em atenção à Jane. O caso, que não é excepcional na vida cotidiana, configura uma situação instigante: Jane é uma intérprete competente da língua na qual a sentença em comento foi enunciada, mas não participa do cenário específico no qual esse enunciado ocorreu. Segundo Barbosa, mesmo sem conseguir determinar a referência do termo 'esta', Jane apreende algo do enunciado "Pai, esta é Julie!", o que sugere que o papel do demonstrativo dêitico não é meramente indicativo. Qual é o conteúdo expresso por um demonstrativo dêitico quando sua referência não pode ser determinada? Com base na teoria reflexivo-referencial de Perry, Barbosa defende que trata-se de um conteúdo que é sobre o próprio enunciado, e as informações linguísticas que ele carrega. Concretamente, segundo Barbosa, do enunciado "Pai, esta é Julie!", Jane pode apreender que "O indivíduo salientado pelo autor do enunciado 'Pai, esta é Julie!', estando a uma distância *d* do autor do enunciado, chama-se 'Julie'".

No artigo "So language. Very prescribe. Wow.", Shane Nicholas Glackin sugere que um fenômeno recente - os memes "doge", que consistem na foto de um cachorro Shiba Inu com algumas frases de uma ou duas palavras cada - lança luzes sobre o clássico debate entre chomskianos e wittgensteinianos acerca da natureza da linguagem e de como abordá-la cientificamente. Chomsky e seus seguidores consideram que a visão popular segundo a qual a linguagem é algo público e coletivo não tem lugar em uma abordagem científica. Para eles, Glackin explica, "a linguagem é uma característica do cérebro de um indivíduo capaz de falar". Consequentemente, o estudo científico dela "deve procurar descrever a língua-I - isto é, as características relevantes do cérebro e da mente de indivíduos falantes - bem como os comportamentos [linguísticos] resultantes, e se abster de tentar avaliar se tais comportamentos são corretos ou não" (Glackin, neste volume - tradução livre). Ora, se a linguagem é uma propriedade de mentes individuais e não de comunidades, então realmente não faz sentido ajuizar que alguém está falando correta ou incorretamente. Por outro lado, para wittgensteinianos, a atitude normativa que as pessoas tipicamente têm para com a linguagem é um indicativo suficiente de que a linguagem ela mesma é normativa e que as regras são públicas. Isso posto, Glackin volta-se para os usos dos memes "doge" e defende que eles constituem evidência da natureza normativa da linguagem. É importante notar, em primeiro lugar, as características da linguagem encontradas nesses memes. Glackin explica que "um enunciado doge típico combina pelo menos duas ou três frases de duas palavras cada, junto com ao menos uma interjeição, usualmente "wow". Tipos híbridos, como "such wow" e "very excite" também são permitidos" (Glackin, neste volume - tradução livre). À primeira vista, a linguagem doge parece não-gramatical ou primitiva. No

entanto, linguistas interessados no fenômeno têm apontado que ela é "construída a partir de uma gramática muito específica que os usuários não seriam capazes de lançar mão sem um conhecimento relativamente sofisticado da gramática oficial da língua inglesa" (CHIVERS, 2014, citado por Glackin). Para Glackin, isso significa que a linguagem doge segue regras, no sentido wittgensteiniano. Mais: falantes competentes dessa linguagem policiam uns aos outros quanto ao seguimento de tais regras em novos memes. Glackin descreve esse fenômeno para pressionar a tradição chomskiana: se essa normatividade inerente à linguagem doge não é uma característica geral da linguagem, então o que faz com que casos como doge sejam especiais, uma vez que não há como descartá-los como sendo não-linguísticos? Contra a tradição chomskiana, Glackin conclui que "normas prescritivas são uma característica real e ubíqua da linguagem e um objeto de estudo real e legítimo para linguistas" (Glackin, neste volume - tradução livre).

No artigo "Análise da *epíkepsis tôn onomáton* de Antístenes", Joedson Silva Santos reconstrói elementos-chave da filosofia lógico-linguística de Antístenes, pensador antigo que foi seguidor de Sócrates. Santos explica que ao lado de Platão e Demóstenes, Antístenes figura "como um dos melhores expoentes do simples e puro estilo ático; adjacente a Platão e Xenofonte, ele é apontado como escritor de habilidade precisa, possuidor de técnica de expressão e de boa reputação". Santos concentra-se no método de análise de termos de Antístenes, uma vez que a investigação dos nomes é chave para entender outros temas da filosofia desse pensador. Em síntese, o método de análise antistênico considera que "os nomes podem ser agrupados em três processos: *epíkepsis tôn onomáton* - investigação dos nomes - *khṛêsis tôn onomáton* - uso dos nomes - e *dialegein katá géne* - distinção em classe" (Santos, neste volume). Antístenes confere uma finalidade educativa ao primeiro desses processos, pois considera que a utilização correta dos nomes é fundamental para a apreensão da realidade e, sob esse prisma, é um "princípio ou fundamento da formação intelectual" (MÁRSICO, 2014, p. 259 - citada por Santos). Quanto ao uso dos nomes, Antístenes comunga da crença em uma linguagem objetiva conectada de modo não polissêmico à realidade. Segue, desse entendimento, que o discurso sábio é unívoco, isto é, designa cada coisa pelo nome que lhe é próprio. Assim, em grandes linhas, a filosofia lógico-linguística desdobra-se em questões éticas e pedagógicas.

Em seu texto, "A discussão em torno da 'parte II' (TS 234) das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein", Filício Mulinari investiga as razões históricas que levaram os primeiros editores das *Investigações Filosóficas* a considerar escritos da fase tardia da filosofia de Wittgenstein como continuação da obra. Em edição mais recente, o texto presente na tradicional 'parte II' é considerado como a *Filosofia da Psicologia* de Wittgenstein. Segundo Mulinari, apesar das evidências históricas não serem suficientes para definir a questão, alguns comentadores de Wittgenstein defendem que o conteúdo do texto revela uma terceira fase em seu pensamento, o que enfatiza a ideia de que a chamada 'parte II' não seria uma continuação do texto principal das *Investigações*

Filosóficas. Por outro lado, afirma o autor, outros comentadores defendem e apresentam evidências textuais de que a parte II é uma continuação da primeira parte das *Investigações Filosóficas*. Mas essas evidências abrem margem para interpretarmos outros textos da obra de Wittgenstein como parte das *Investigações Filosóficas*. Apesar disso, devido a outros fatores, o autor afirma que essas evidências não são suficientes para tirarmos conclusões a respeito do pertencimento ou não da parte II à obra principal. Mulinari finaliza afirmando que o processo de escrita das *Investigações Filosóficas* como um todo se deu como que em camadas, pois inclusões e alterações eram feitas a cada revisão. Devido a essa e demais características do texto, ambas as perspectivas, a saber, tanto que a filosofia da psicologia é continuação da obra principal quanto que ela é um trabalho distinto podem ser sustentadas.

Embora a abordagem de Mulinari seja majoritariamente histórica, a discussão do texto nos leva a uma questão mais geral: como a filosofia da mente se relaciona com a filosofia da linguagem? Como mente e linguagem interagem? Certamente, a linguagem importa para a filosofia da mente e a mente importa para a filosofia da linguagem, mas ainda há muitas questões em aberto. Este dossiê oferece alguns recortes e desdobramentos de questões centrais acerca da mente e da linguagem, considerando não apenas a filosofia contemporânea, mas também oferecendo espaço para a discussão de obras históricas. Todas elas prometem iluminar e incitar o debate filosófico sobre as questões centrais que o volume se propõe a abordar.

AGRADECIMENTOS

Nós, os editores do Dossiê Filosofia da Mente e da Linguagem, gostaríamos de agradecer primeiramente ao Editor-Chefe e à sua equipe pelo apoio e disponibilidade no decorrer do processo editorial.

Agradecemos e reconhecemos o valor do trabalho dos pareceristas, sem o qual não seria possível a seleção e o aprimoramento dos textos que compõem este volume.

Ficamos felizes com o acolhimento da proposta do dossiê tanto pela comunidade acadêmica nacional quanto pela internacional, por meio de submissões de qualidade e pareceres cuidadosos.

Cumprimentamos e agradecemos a todas as pessoas que submeteram seus trabalhos para avaliação. Recebemos um grande número de textos e, infelizmente, muitos não puderam ser incluídos. Esperamos que esses textos possam encontrar em breve seus lugares aos olhos do público.

Nossos cumprimentos especiais e agradecimentos aos autores dos textos selecionados.

E, por fim, mas principalmente, desejamos que você, leitor, possa usufruir deste volume e fomentar o debate filosófico a partir das contribuições que os autores aqui apresentam.